

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	49
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	975
Preferenciais	1.275
Total	2.250
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	237.963	235.291	180.308
1.01	Ativo Circulante	66.144	59.219	92.954
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.136	6.234	7.532
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.070	16.630	17.799
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.070	16.630	17.799
1.01.02.01.03	Aplicações Financ. de Liquidez Imediata	15.070	16.630	17.799
1.01.03	Contas a Receber	23.626	16.294	42.911
1.01.03.01	Clientes	21.840	14.824	41.127
1.01.03.01.01	Clientes Nota 6	22.611	16.061	41.720
1.01.03.01.02	Provisão Para Devedores Duvidosos	-454	-233	-233
1.01.03.01.03	Adiantamento de contrato de Exportação	0	-940	0
1.01.03.01.04	(-) Ajuste a valor presente clientes	-317	-64	-360
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.786	1.470	1.784
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber Nota	1.786	1.470	1.784
1.01.04	Estoques	20.241	13.494	19.859
1.01.04.01	Estoques Nota 7	20.241	13.494	19.859
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.965	5.173	4.769
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.965	5.173	4.769
1.01.07	Despesas Antecipadas	106	1.394	84
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	106	1.394	84
1.02	Ativo Não Circulante	171.819	176.072	87.354
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.116	20.761	21.100
1.02.01.03	Contas a Receber	2.383	1.362	308
1.02.01.03.01	Clientes	0	1.362	308
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.383	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.103	0	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.103	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.630	19.399	20.792
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	10.151	11.741

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	1.630	6.709	6.512
1.02.01.09.05	Parcelamento Inss MP 303/06	0	2.539	2.539
1.02.02	Investimentos	0	0	11.270
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	0	11.270
1.02.02.02.01	Terrenos	0	0	11.270
1.02.03	Imobilizado	158.089	154.352	53.621
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	150.838	144.428	45.446
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	2.601	2.639	4.300
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.650	7.285	3.875
1.02.04	Intangível	614	959	1.363
1.02.04.01	Intangíveis	614	959	1.363

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	237.963	235.291	180.308
2.01	Passivo Circulante	40.282	53.206	84.185
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.914	3.053	6.793
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.816	2.150	5.189
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Outros	2.816	2.150	5.189
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.098	903	1.604
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados a pagar	2.098	903	1.604
2.01.02	Fornecedores	8.017	4.322	5.567
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.017	4.322	5.567
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.768	18.068	30.454
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.768	18.068	30.454
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições Nota 15	5.420	16.780	27.044
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - Refis Nota 17	2.348	1.288	2.961
2.01.03.01.04	Impostos e Contribuições Parceladas	0	0	449
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.274	22.520	18.764
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.325	21.506	17.421
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.982	21.506	17.421
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.343	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	949	1.014	1.343
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil - Leasing	949	1.014	1.343
2.01.05	Outras Obrigações	1.610	2.376	19.479
2.01.05.02	Outros	1.610	2.376	19.479
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	1.610	2.376	19.479
2.01.06	Provisões	2.699	2.867	3.128
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.699	2.867	3.128
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.699	2.867	3.128
2.02	Passivo Não Circulante	151.872	142.203	118.885
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.367	7.064	16.197
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.441	5.479	13.953

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.039	5.479	13.953
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.402	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	926	1.585	2.244
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil - Leasing	926	1.585	2.244
2.02.02	Outras Obrigações	101.869	103.724	102.688
2.02.02.02	Outros	101.869	103.724	102.688
2.02.02.02.03	Refis Federal Nota 15	97.275	99.216	98.776
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições	4.158	4.508	3.912
2.02.02.02.05	Seguros de Vida/Previdencia a Pagar	436	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	29.882	31.415	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.882	31.415	0
2.02.03.01.01	CSLL Diferida Sob Ajustes Avaliações Patrimoniais	7.911	8.316	0
2.02.03.01.02	IRPJ Diferido Sob Ajustes Avaliações Patrimoniais	21.971	23.099	0
2.02.04	Provisões	754	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	754	0	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	279	0	0
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	475	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	45.809	39.882	-22.762
2.03.01	Capital Social Realizado	8.594	8.594	8.594
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.792	-29.175	-31.356
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	58.007	60.463	0
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	58.007	60.463	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	145.891	123.097	198.155
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.801	-91.376	-138.725
3.03	Resultado Bruto	35.090	31.721	59.430
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.875	-16.303	-27.889
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.701	-10.663	-12.977
3.04.01.01	Materiais	-44	-3.484	-68
3.04.01.02	Mão de Obra	-1.969	-1.600	-1.749
3.04.01.03	Gastos Gerais Fixos	-9.688	-5.579	-11.160
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.528	-15.015	-18.720
3.04.02.01	Materiais	-309	-176	-396
3.04.02.02	Mão de Obra	-5.956	-6.243	-11.734
3.04.02.03	Gastos Gerais Fixos	-5.701	-4.951	-6.590
3.04.02.04	Remuneração dos Administradores	-3.562	-3.645	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.378	9.809	9.587
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-24	-434	-5.779
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.215	15.418	31.541
3.06	Resultado Financeiro	-7.294	-11.825	-3.616
3.06.01	Receitas Financeiras	1.963	2.947	6.736
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.257	-14.772	-10.352
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.921	3.593	27.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.994	-1.056	-3.659
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.927	2.537	24.266
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.927	2.537	24.266
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,07900	2,60210	24,88820
3.99.01.02	PN	4,64860	1,98980	19,03220

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	5.297	2.537	24.266
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.297	2.537	24.266

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-173	9.074	20.858
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.513	12.394	30.189
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.686	-3.383	-14.998
6.01.03	Outros	0	63	5.667
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.870	-6.122	-23.997
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.386	-5.420	18.166
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.657	-2.468	15.027
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.863	25.331	10.304
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.206	22.863	25.331

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.594	0	0	-29.175	60.463	39.882
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.594	0	0	-29.175	60.463	39.882
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.383	-2.456	5.927
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.927	0	5.927
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.456	-2.456	0
5.05.02.06	Movimentações Ajustes Avaliações Patrimoniais	0	0	0	2.456	-2.456	0
5.07	Saldos Finais	8.594	0	0	-20.792	58.007	45.809

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.594	0	0	-31.857	0	-23.263
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.594	0	0	-31.857	0	-23.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.682	60.463	63.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.537	0	2.537
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	145	60.463	60.608
5.05.02.06	Ajuste Avaliações Patrimoniais em 1º Janeiro	0	0	0	0	60.608	60.608
5.05.02.07	Movimentações dos Ajustes Avaliações Patr.	0	0	0	145	-145	0
5.07	Saldos Finais	8.594	0	0	-29.175	60.463	39.882

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.594	0	0	-54.878	0	-46.284
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.594	0	0	-54.878	0	-46.284
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.521	0	23.521
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.266	0	24.266
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-745	0	-745
5.05.02.06	Ajustes de Exercícios Anteriores CPC 13	0	0	0	-745	0	-745
5.07	Saldos Finais	8.594	0	0	-31.357	0	-22.763

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	177.296	153.278	244.894
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	169.918	140.314	235.802
7.01.02	Outras Receitas	7.378	12.964	9.092
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.967	-71.674	-125.839
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.239	-16.549	-36.754
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.728	-55.125	-89.085
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.329	81.604	119.055
7.04	Retenções	-8.584	-8.585	-10.102
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.584	-8.585	-10.102
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	85.745	73.019	108.953
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.963	2.947	6.736
7.06.02	Receitas Financeiras	1.963	2.947	6.736
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.708	75.966	115.689
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.708	75.966	115.689
7.08.01	Pessoal	42.646	31.490	42.740
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.366	23.685	30.340
7.08.01.02	Benefícios	6.950	3.899	9.065
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.330	3.906	3.335
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.590	24.446	33.631
7.08.02.01	Federais	24.378	20.391	26.142
7.08.02.02	Estaduais	5.062	3.787	7.343
7.08.02.03	Municipais	150	268	146
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.545	17.493	15.052
7.08.03.01	Juros	9.545	17.493	15.052
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.927	2.537	24.266
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.927	2.537	24.266

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Fornecedores

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, com pareceres do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Auditores Independentes, destacando os fatos relevantes do período.

Cenário e Gestão

O ano de 2010 caracterizou-se para a Electro Aço Altona S/A como período de recuperação com resultado operacional positivo. Esta performance está alinhada ao planejamento estratégico para adicionar valor aos acionistas e na conquista de posições no mercado em que atuamos, o que contribui para o fortalecimento dos negócios em um ambiente cada vez mais competitivo.

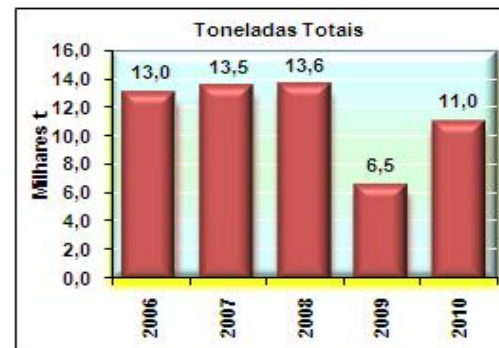
A partir deste exercício a Companhia passa a apresentar suas Demonstrações Financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis do International Accounting Standards Board – IASB (também conhecido como International Financial Reporting Standards – IFRS) e estabelecidos nas Instruções da CVM.

Essa conformidade contábil com os padrões internacionais vai ao encontro de nossa visão para alcançarmos a excelência no mercado mundial de fundidos de aço aumentando desta forma a transparência e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas.

1 - Desempenho Operacional

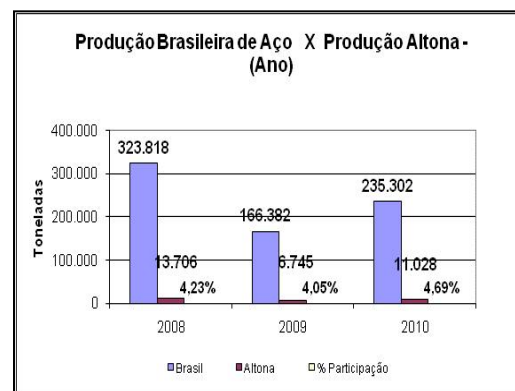
a) Produção / Mercados

A produção voltou a crescer, buscando alcançar os anos anteriores próximo a 13.000 toneladas ao ano.



Nosso desempenho em relação à Produção Brasileira de Aço Fundido para este ano de 2010 demonstrou a reação positiva após os reflexos da crise mundial que se estendeu entre os anos de 2008 e 2009.

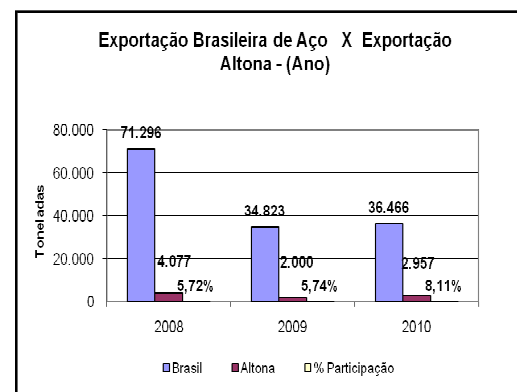
A recuperação das indústrias de fundidos de aço tem produzido, conforme dados da ABIFA (Associação Brasileira de Fundição) um aumento de 41,4% em toneladas faturadas. O desempenho da companhia no mesmo período mostrou uma recuperação de 63,5%, e, com este desempenho a participação da Cia. no mercado nacional de fundidos passou de 4,05% para 4,69% em



Relatório da Administração

toneladas produzidas.

As exportações brasileiras em toneladas, de acordo com a mesma fonte, aumentaram apenas 4,7% enquanto que as da companhia aumentaram 47,8% e a participação da Companhia nas exportações brasileiras passou de 5,74% para 8,11%.

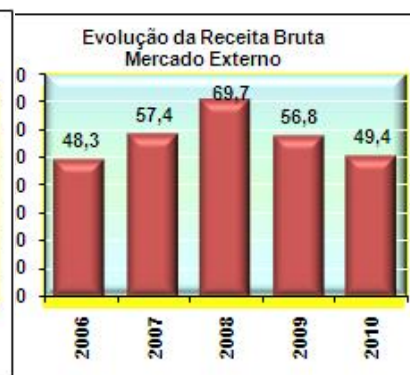
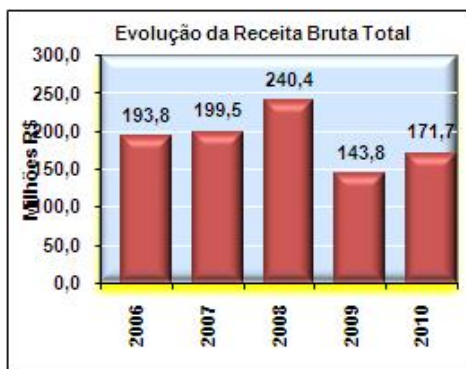


b) Receitas

A Receita Bruta cresceu R\$ 28 milhões (19,5%) em comparação ao ano de 2009. O lucro líquido alcançou R\$ 5,9 milhões no exercício, apresentando um crescimento de 133% em relação ao de 2009.

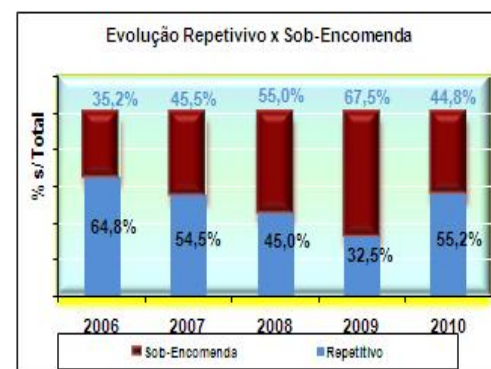
A Receita no mercado interno apresentou um incremento de R\$ 35,2 milhões (40,5%).

Mesmo com a recuperação lenta, mas progressiva do mercado mundial em toneladas, a rapidez de recuperação da Companhia deveu-se a elevada recuperação da cadeia produtiva dos auto-propulsores, que se caracterizam como itens repetitivos. No mercado Externo o valor em reais sofreu uma queda de R\$ 7,4 milhões (13%) em relação a 2009, devido ao efeito do câmbio.



Produtos de alta complexidade com maior valor agregado caracterizados como *job foundry*, reduziram a participação de 67,5% em 2009 para 44,8% em 2010. Com a participação menor destes produtos o preço médio por tonelada caiu 28,5%, o que se reflete a redução no nosso Lucro final.

Embora o câmbio tenha se comportado de maneira estável, a cotação baixa não favoreceu o resultado das exportações, mesmo que a demanda tenha aumentado em praticamente todos os segmentos que atendemos. A recuperação do faturamento em toneladas comparado com a queda de faturamento em valores do



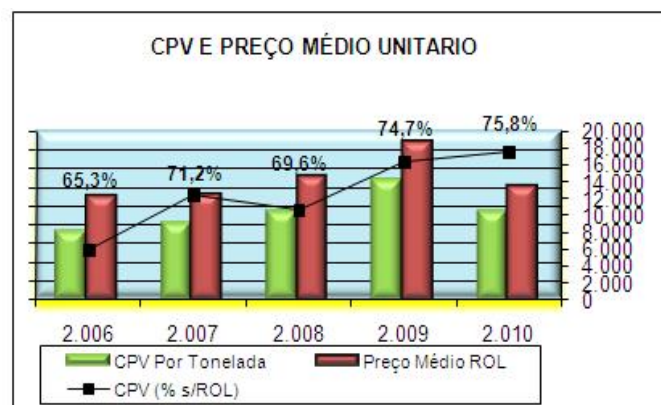
Relatório da Administração

mercado externo, demonstrou que comercialmente a Companhia tem grande capacidade de reação, evidenciando o acerto nas estratégias.

c) Custo, Adequações e Capacitação

Mesmo com a forte redução de custos de produção usando metodologias Kaizen e Seis-Sigma, o CPV – Custo dos Produtos Vendidos – se manteve em níveis estáveis. O câmbio desfavorável e a redução do preço médio são as principais causas que impactaram na performance, que manteve o índice acima de 70% sobre a ROL.

O intenso trabalho empreendido pela Companhia na elaboração e execução de planos de ação, sempre orientando-se pelo planejamento estratégico e pelo respectivo orçamento empresarial, trouxe como resultado a melhoria da rentabilidade.



Estabeleceu-se como plano de sustentação, programas voltados para segurança do trabalho, redução de custos, inovação e tecnologia e desenvolvimentos de pessoas. Diferentes metodologias de gestão estão sendo adotadas como: inovação tecnológica, Kaizen, Seis-Sigma, permitindo assim inovação constante em produção, processos, equipamentos e principalmente desenvolvimento e retenção de talentos.

Com o crescimento da produção, voltamos a contratar e dotar os setores com profissionais altamente qualificados. Cientes da importância do fortalecimento da relação empresa-funcionário consideramos fundamental a preparação dos nossos colaboradores. Os investimentos nesta área foram mantidos e direcionados para capacitação em processos de suma importância na recuperação da rentabilidade e da competitividade, que nos habilitam ao fornecimento de novos produtos de alto valor agregado, principalmente para mercados emergentes e também para os mercados mais exigentes com os da Europa e dos Estados Unidos.



Constantemente estamos capacitando a área de engenharia de processos e de aplicação, com o intuito de implantarmos processos mais eficazes. Estes dispêndios são essenciais nos processos preliminares dos projetos de fundição e possibilitam ganhos relevantes de qualidade e redução de custos.

d) Recursos Humanos

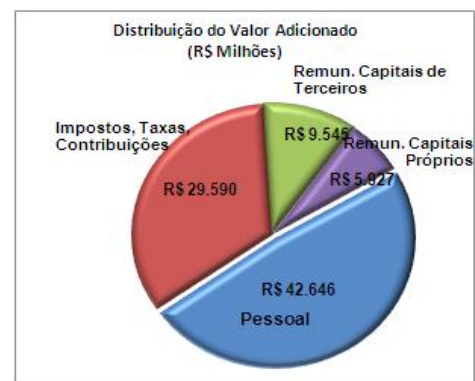
Com relação à remuneração variável, houve um crescimento de mais de 100% nos valores distribuídos através do PPR (Programa de Participação nos Resultados). Fizemos investimentos sociais expressivos em 2010 – remunerações fixas, assistência médica e odontológica, plano de saúde, alimentação, transporte, formação, segurança, programas de estágio etc. – que representaram R\$ 42,6 milhões. No item segurança a Electro Aço

Relatório da Administração

Altona manteve todos os investimentos e programas que visam ter zero de acidentes de trabalho.

e) Valor Adicionado

Em 2010 nossa geração líquida de riqueza foi da ordem de R\$ 87,7 milhões, distribuídos entre diversos elementos que contribuíram para sua geração, conforme demonstra o gráfico, de forma sintetizada.

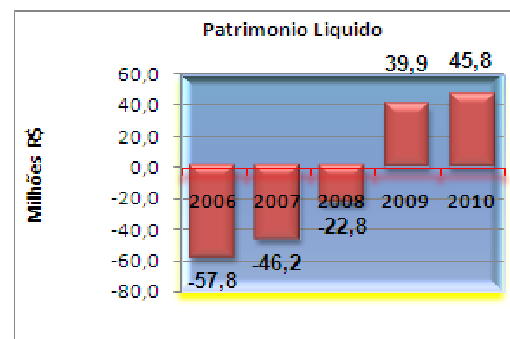


f) Resultados

Nosso resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras foi positivo, da ordem de 10,4% sobre a ROL. A capacidade de geração de caixa operacional da empresa, demonstrada pelo EBIT foi de R\$ 15,4 milhões sobre a ROL. Esses números demonstram o acerto das ações e dos esforços empreendidos no sentido de recuperar a lucratividade. Contribuíram para isso a busca de mercados e produtos diferenciados, com boa margem de contribuição e as providências energéticas visando a redução de custos e aumento da produtividade.



A Companhia, alinhada com a normatização internacional da contabilidade, efetuou o reconhecimento das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC em seu Balanço. Dentre as premissas, a principal foi CPC nº 27, que abrange o processo de revisão inicial e periódica das taxas de depreciação e valor residual dos bens do ativo imobilizado, bem como a atribuição de novo custo para os bens do ativo imobilizado e de propriedade para investimento. As realizações destes efeitos impactaram positivamente no Patrimônio Líquido, revertendo assim a situação de Passivo a Descoberto.



Relatório da Administração

2 – Investimentos

Os investimentos realizados em aquisições de equipamentos para expansão de capacidade de produção e os dispêndios em melhorias de produtividade e atualização tecnológica totalizaram R\$ 11,8 milhões no ano, representando 8,0% da Receita Operacional Líquida (ROL).

Diante da recuperação das receitas e apesar dos efeitos pós-crise, mantivemos e priorizamos os investimentos dentro de uma visão estratégica, sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

A Companhia deu continuidade aos investimentos voltados ao meio ambiente, com a finalização da instalação do sistema de exaustão de pó de ferro e aquisição de um moderno frezador do tipo “Portal” que amplia a capacidade da companhia no fornecimento de componentes grandes de alto grau de sofisticação, foram os principais investimentos realizados em 2010. Ocorreram ainda outros investimentos de menor vulto, porém não menos importantes, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes.

Além das certificações já consolidadas como ISO 9001:2000 (BVC), ISO/TS 16949:2002, SA 8000 (Social Accountability 8000), continuam em andamento os procedimentos para a obtenção das certificações OHSAS 18001 e ISO 14001.

3 - Perspectivas

Nossa perspectiva é um crescimento gradativo e constante, em consonância com os objetivos traçados dentro do planejamento estratégico. Esperamos a retomada do crescimento da economia nos Estados Unidos e Europa e estamos posicionando a companhia para aproveitar a retomada principalmente nos segmentos associados com infra-estrutura, energia, petróleo e gás, mineração e todas as atividades correlatas.

Temos ciência que a valorização do real é um facilitador para entrada de fundições concorrentes no Brasil e, para fazer frente, entendemos que a única maneira de superar é através da excelência operacional. Temos diretrizes e metas para buscar a competitividade através de redução de custos, novos processos, novas tecnologias, redução de retrabalho, gestão eficaz de compras e outros.

Com o desenvolvimento de novos produtos, abrem-se novos mercados, o que faz com que a Companhia vislumbre novas oportunidades. Para tanto, a área comercial estabeleceu planos direcionados.

Temos condições plenas e estamos preparados para a expansão. Dentro do plano diretor, baseado em nosso planejamento estratégico para os próximos anos, a continuidade de nossa nova unidade produtiva no município de Barra Velha é meta principal. Estamos convictos de que o início deste novo e moderno parque fabril nos tornará mais competitivo



Relatório da Administração

no mercado em que atuamos e contemplará negócios que hoje a planta atual não comporta. Com a expectativa do crescimento de novos negócios a rentabilidade será a tônica da gestão para os próximos anos.

4 - Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2010, as ações em circulação representavam 38% do total de ações da Companhia, ou 855.000 de um total de 2.250.000 ações. O percentual, que não faz parte do *free float*, corresponde às participações dos administradores da Companhia, incluindo as pessoas vinculadas e empresas controladas por estes (62%).

As ações da Companhia, sob a nomenclatura na Bovespa de EALT4, movimentaram financeiramente, em media, no ano de 2010, R\$ 67 mil/dia. Em 2009 esta movimentação foi de R\$ 111 mil/dia e no ano de 2008 de R\$ 64 mil/dia.

5 - Relacionamento com os Auditores Independentes

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Empresa.

A Administração

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S.A. é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais.

A fabricação é sob encomenda, com fornecimento de peças em aço bruto ou usinadas, isoladas ou como partes de subconjuntos, ou ainda como constituintes de equipamentos completos, de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional, de clientes dos mercados nacional e internacional.

Como resultado da crise global do final do ano de 2008, a Companhia experimentou uma redução do volume comercializado para o mercado externo, o que impactou de forma significativa seu desempenho no exercício de 2009. A Administração da Companhia, alinhada com o seu código de conduta continua dedicando a atenção especial para a sua recuperação, perenidade e sustentabilidade. Esse processo inclui, também, a readequação das estratégias comerciais, visando à concentração no “*portfólio*” de produtos com maior rentabilidade, assim como a diminuição significativa das vendas ao mercado externo com a consequente adequação da produção a níveis inferiores, porém com manutenção de rentabilidade. Os resultados no ano de 2010 já refletem a adoção dessas medidas.

Continua-se, ainda, dando ênfase à administração do fluxo de caixa com a renegociação das dívidas já contraídas e alongamento dos prazos, alongamento do prazo de pagamento de dívidas tributárias, através de adesão ao Programa REFIS, assim como com instituições financeiras, e forte foco na continuidade ao plano de redução de custos e despesas.

Desde o 2º trimestre de 2010 a Companhia continuou firmando vendas a clientes com antecipação de recursos financeiros, mantendo em dia o pagamento de suas obrigações com fornecedores e tributárias, assim como cumprindo os prazos de entrega dos produtos.

2. Políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2011.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados,.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e também as emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2010, tendo como data de adoção inicial 1 de janeiro de 2009, de forma que as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo reapresentadas, conforme descrito na Nota 04.

Notas Explicativas

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na prestação efetuada. Quando os serviços não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, e são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços – ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados – 8% a 15%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

Notas Explicativas

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas Explicativas

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 06.

Notas Explicativas

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 07.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.8 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da

Notas Explicativas

vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9 Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.10 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13 Partes relacionadas

As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, conforme divulgado na nota 18.

2.14 Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto na Deliberação CVM 600 de 2009.

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33, com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (Nota 12.c).

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de benefícios se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Notas Explicativas

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Adoção inicial dos CPCs

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs/ IFRS. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009, e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Os pronunciamentos que se tornaram efetivos ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, e que afetaram de forma relevante os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, referem-se à:

- Pronunciamento CPC 27 e Interpretação ICPC 10 – Ativo Imobilizado.
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Notas Explicativas**a) Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido**

	01/01/2009	31/12/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo originalmente publicado	(23.263)	1.966	(21.294)
Custo Atribuído (Ajuste de avaliações patrimoniais)	91.826	-	91.826
Depreciação do Custo Atribuído no Exercício	-	(220)	(220)
Efeito do alongamento da vida útil dos itens do imobilizado à custo original	-	716	716
Impostos diferidos	(31.218)	75	(31.146)
Saldos ajustados	37.345	2.537	39.882

b) Balanço de transição

	31/12/08 publicado	AJUSTES	01/01/09 reapresentado
		Custo Atribuído	
ATIVO			
Ativo circulante	92.954	-	92.954
Ativo não circulante / Permanente	86.854	91.826	178.680
Imobilizado	64.391	91.826	156.217
Outras Contas	22.463	-	22.463
TOTAL DO ATIVO	179.808	91.826	271.634

Notas Explicativas

PASSIVO			
Passivo Circulante	84.186	-	84.186
Passivo não circulante	118.885	31.218	150.103
Obrigações Fiscais	102.687	31.218	133.905
Outras Contas	16.198	-	16.198
Total do passivo	203.071	31.218	234.289
Patrimônio líquido	(23.263)	60.608	37.345
Capital social	8.594	-	8.594
Prejuízos Acumulados	(31.857)	-	(31.857)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	60.608	60.608
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.808	91.826	271.634

c) Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 – Reapresentação

	31/12/2009 publicado	Movimentações Custo Atribuído	31/12/09 reapresentado
ATIVO			
Ativo circulante	59.219	-	59.219
Ativo não circulante / Permanente	83.750	92.322	176.072
Imobilizado	62.030	92.322	154.352
Outras Contas	21.720	-	21.720
TOTAL DO ATIVO	142.969	92.322	235.291
PASSIVO			
Passivo Circulante	53.206		53.206
Passivo não circulante	111.057	31.146	142.203
IR/CS Diferidos	-	31.146	31.146
Outras contas	111.057	-	111.057
Total do passivo	164.263	31.146	195.409
Patrimônio líquido	(21.294)	61.176	39.882
Capital social	8.594	-	8.594
Lucros / Prejuízos Acumulados	(29.888)	713	(29.175)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	60.463	60.463
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.969	92.322	235.291

Notas Explicativas

Saldo Resultado Acumulado 31/12/2009	Publicado	(Custo Atribuído e Revisão da Vida Útil do Imobilizado)	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	123.097	-	123.097
Custo dos produtos vendidos	(91.946)	496	(91.450)
RESULTADO BRUTO	31.151	496	31.647
Despesas Administrativas, Coml. e Outras	(28.129)	-	(28.129)
RESULTADO OPERACIONAL	(28.129)	-	(28.129)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	3.022	496	3.518
IR e CSLL	(1.056)	-	(1.056)
IR e CSLL Diferido	-	75	75
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.966	571	2.537

Nas conciliações acima, foram considerados os CPCs deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação.

A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

O CPC 37 permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs e IFRS para o exercício findo em dezembro de 2010. A Companhia adotou a isenção relativa a aplicação do custo atribuído ao seu ativo imobilizado. Nenhuma outra isenção foi aplicada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e Contas Movimento	1.136	6.233	7.532
CBDs	492	4.576	10.787
Renda Fixa	14.578	12.054	5.212
Fundo Portfólio	-	-	1.800
TOTAL	16.206	22.863	25.331

Em 31 de dezembro de 2010 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento de 101% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Mercado Interno	5.022	4.509	14.916
Mercado Externo	17.589	11.552	26.804
(-) Ajuste a valor presente	(317)	(64)	(360)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(454)	(232)	(233)
(-) Adiantamento de Contratos de Exportação	-	(941)	-
TOTAL	21.840	14.824	41.127

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Saldo no início do exercício	(232)	(233)	(233)
Adições	(302)	(120)	-
Recuperações/ realizações	80	121	-
Saldo no final do exercício	<u>(454)</u>	<u>(232)</u>	<u>(233)</u>

7. Estoques

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Produtos Acabados	2.202	1.308	2.218
Produtos em Elaboração	12.473	7.616	10.326
Matéria Prima	1.559	984	2.596
Materiais Auxiliares	2.376	1.697	2.239
Outros Materiais	1.303	1.235	1.812
Mercadorias em Consignação	328	654	668
TOTAL	<u>20.241</u>	<u>13.494</u>	<u>19.859</u>

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foi necessária a constituição de nenhuma provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

8. Impostos a recuperar

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	3.622	1.811	667
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	2.970	3.219	4.102
	<u>6.592</u>	<u>5.030</u>	<u>4.769</u>
Corrente	5.965	5.173	4.769
Não Corrente	627	-	-

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Notas Explicativas**9. Imobilizado****a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2010:**

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo:							
Em 1º de Janeiro de 2010	102.409	138.857	6.659	7.930	3.228	1.659	260.742
Adições	828	3.273	252	6.887	290	192	11.722
Transferências	707	7.992	(436)	(8.382)	-	119	-
Baixas	(7)	(155)	(18)	-	-	(21)	(201)
Em 31/Dezembro/2010	103.937	149.967	6.457	6.435	3.518	1.949	272.263
Depreciação							
Em 1º/Jan/2010 (Acumulada)	(16.255)	(83.754)	(4.275)	-	(589)	(1.210)	(106.083)
Depreciação do Exercício	(1.117)	(5.936)	(481)	-	(329)	(228)	(8.091)
Em 31/Dezembro/2010	(17.372)	(89.690)	(4.756)	-	(918)	(1.438)	(114.174)
Valores Residual Líquido:							
Em 31 de Dez/2010	86.565	60.277	1.701	6.435	2.600	511	158.089

Notas Explicativas**b) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2009:**

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros imobilizados	Total
Custos							
Em 1º de Janeiro de 2009 (BR GAAP)	46.261	98.445	6.570	5.411	4.872	1.349	162.908
Ajuste a valor justo ("deemed cost")	54.651	37.175	-	-	-	-	91.826
Adições	906	688	132	4.293	-	23	6.042
Transferências	723	3.581	15	(1.774)	(1.644)	(14)	887
Baixas	(132)	(1.032)	(58)	-	-	(6)	(1.228)
Em 31/Dezembro/2009	102.409	138.857	6.659	7.930	3.228	1.352	260.435
Depreciação:							
Em 1º/Jan/2009 (Acumulada)	(15.119)	(78.204)	(3.943)	-	(279)	(973)	(98.517)
Transferências	(163)	(1.064)	(60)	-	400	-	(887)
Depreciação do Exercício	(974)	(4.486)	(272)	-	(710)	(237)	(6.679)
Em 31/Dezembro/2009	(16.256)	(83.754)	(4.275)	-	(589)	(1.210)	(106.083)
Valores Residual Líquido:							
Em 1º de Janeiro de 2009	31.142	20.242	2.627	5.411	4.300	683	64.404
Em 31 de Dez/2009	86.153	55.103	2.384	7.930	2.639	143	154.352

i) **Valores oferecidos em garantia** - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

ii) **Valores segurados** – os Ativos Imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica.

iii) **Custo atribuído** – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Notas Explicativas

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

<u>Classe de Imobilizado</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual Média</u>
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

10. Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2010:

	<u>Software</u>
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	2.487
+Adições/ (-) Transferências	148
(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2010	2.635
<u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2010	(1.528)
Amortização do Exercício	(493)
Em 31 de Dezembro de 2010	(2.021)
<u>Valores Residual Líquido:</u>	
Em 31 de Dez/2010	614

Notas Explicativas**b) Movimentação do Ativo Intangível - 2009:**

<u>Software</u>	
<u>Custos ou Avaliações:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2009	2.514
+Adições/ (-) Transferências	(27)
(-) Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2009	2.487
 <u>Amortização:</u>	
Em 1º de Janeiro de 2009	(1.151)
Despesas Amortização do Exercício	(377)
Em 31 de Dezembro de 2009	(1.528)
 <u>Valores Residual Líquido:</u>	
Em 31 de Dez/2009	959

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da amortização:

<u>Classe de Intangível</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual</u>
Software	3 a 5 anos	4 anos

11. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CURTO PRAZO		14.325	21.506	17.421
FINAME	TJLP+5%a.a	-	1.352	-
ACC	9%a.a	4.829	1.761	979
Capital Giro	CDI+1,2a.m	3.708	8.474	3.439
Mutuo	CDI+0,80a.m	5.411	9.919	13.003
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	377	-	-
LONGO PRAZO		18.441	5.479	13.954
FINAME	TJLP + 5% a.a	-	-	4.987
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	17.736	4.979	8.817
Outros	-	-	500	150
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	705	-	-

Notas Explicativas

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009	-	-	17.421
2010	-	21.506	10.284
2011	14.325	2.712	1.392
2012	12.424	1.732	1.242
2013	6.017	1.035	1.036
TOTAL	32.766	26.985	31.375

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantido por avais da Companhia Werner conforme nota 18.a e penhora de maquinas e equipamentos.

12. Provisões para contingências e atuarial

12.a) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Tributárias	-	10.545	10.200
Trabalhistas	916	481	427
	916	11.026	10.627

Tributárias

INSS Parcelamento: com base na Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006, a Companhia efetuou pedido de parcelamento da NFLD N.º 35.246.178-0 no dia 15 de setembro de 2006 junto a Secretaria da Previdência Social – INSS, tendo quitado o montante da obrigação em 6 parcelas, sendo a primeira parcela paga em 15 de setembro de 2006 e a última parcela foi paga em 21 de fevereiro de 2007. Até o terceiro trimestre de 2010, a Companhia aguardava a homologação e a quitação do parcelamento concluído.

A Companhia registra R\$ 5.114 a título de êxito na redução dos honorários advocatícios, conforme previsão na MP 303/2006 e homologação favorável já julgada para redução de 20% para 1% dos honorários advocatícios e TJLP relativos ao processo citado. Ademais, ainda observa-se na linha de causas tributárias o registro de R\$ 280 referente a outros processos com expectativa de perda provável.

No último trimestre de 2010 registrou-se alguns eventos importantes nesta ação, a saber:

- obtido parecer jurídico junto ao advogado da Companhia, datado de Dezembro/2010, onde é citado que apenas por questões burocráticas os saldos não foram integralizados pela Procuradoria da Fazenda, sendo assim não oferece riscos a Companhia desta forma foi realizado emparelhamento dos saldos registrados no ativo e passivo;
- ainda neste mesmo mês, datado de 14/12/2010, temos o requerimento da Companhia junto ao Fisco de Blumenau/SC, questionando os valores utilizados pelo fisco como base para aplicação da redução de encargos previsto na MP 303/2006, onde que na ocasião foram depositados em juízo valores acima do devido, tais valores são objetos de questionamento e já receberam despacho favorável em 14/02/2011 pela Contadoria de Blumenau – em primeiro grau em valores superiores aos registrados pela Companhia;

Notas Explicativas

- iii) para 31/12/2010 a Companhia optou por deixar registrado apenas R\$ 1.324 relativo ao emparelhamento dos saldos ativos e passivo (citado no ponto I), os valores citados no ponto II que superam este saldo e tiveram despacho favorável em primeiro grau pela Contadoria de Blumenau não foram registrados pelo fato de ser um assunto muito recente e que deve ser apreciado em breve pelo Fisco.

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 916 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 437 em 31 de dezembro de 2009) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

12.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ações trabalhistas	306	197	39
Tributárias	1.324	9.051	9.051
	1.630	9.248	9.090

12.c) Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.14, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizado por consultoria atuarial independente., a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão realizada de R\$ 475 em dez/10:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados. Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação.

Notas Explicativas

13. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

As ações preferenciais, conforme Artigo 5º do Estatuto Social, passaram a ter direito a voto após o terceiro exercício sem a distribuição de dividendos, o que aconteceu há mais de 15 anos. O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite máximo de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

De conformidade com o Estatuto Social, artigo 25, o lucro líquido de 2010, no montante de R\$ 5.927 , está sendo integralmente utilizado para absorver prejuízos acumulados.

Impacto da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis

A Companhia registrou na rubrica de "Outros resultados abrangentes" os impactos da aplicação do CPC 27 – Ativo Imobilizado, fato que gerou lançamentos no Patrimônio Líquido da Companhia, bem como no Ativo Imobilizado e Passivo Não Circulante, conforme demonstrado na nota explicativa 04 e na DMPL desta Demonstração Financeira.

14. Arrendamento mercantil

A Companhia celebrou contratos de arrendamento mercantil leasing junto ao Banco Safra Leasing S/A, para modernização do setor de usinagem, com aquisição de centros de usinagem, cujos saldos a pagar estão abaixo demonstrados:

Contratos	Vencimento	2010		2009		2008	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
75.121.800-6	31/08/2009	-	-	-	-	492	-
75.139.896-9	31/07/2011	335	128	444	259	444	703
75.150.920-5	31/03/2013	671	908	682	1.537	682	2.220
(-) Ajuste valor presente		(57)	(110)	(112)	(211)	(275)	(679)
		949	926	1.014	1.585	1.343	2.244

Nesse exercício foram apropriados ao resultado R\$503 (R\$487 em 31 de dezembro de 2009) de encargos financeiros.

Notas Explicativas**15. Impostos e contribuições**

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IPI	-	-	1.932
INSS	3.193	2.264	6.737
ICMS	215	211	278
COFINS	3	332	2.499
PIS	1	251	253
FGTS	576	499	548
Imposto de renda retido na fonte	353	382	964
Sesi, Senai e outros	294	255	258
IR e CS a recolher	1.023	635	1.471
	5.658	4.829	14.940
Corrente	3.544	3.609	13.863
Não corrente	2.114	1.220	1.077

16. Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados mensalmente serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses à partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47.000 , sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500 . No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859 , passando então para R\$ 15.359 o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Corrente	1.876	2.145	2.553
Não corrente	3.234	3.557	2.834
	5.110	5.702	5.387

Notas Explicativas

Abaixo encontra-se o cronograma previsto

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
2009	-	-	472
2010	-	711	472
2011	809	711	472
2012	809	711	472
2013	809	711	472
2014	807	713	474
TOTAL	<u>3.234</u>	<u>3.557</u>	<u>2.834</u>

A partir de Agosto, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC o pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 902 .

17. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor esta sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2053.

Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. . A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1% Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia obteve êxito na redução dos honorários para o patamar de 10% para 1% em três execuções, o que proporcionou a redução dos honorários incluídos no REFIS, onde reconhecidos contabilmente a crédito do resultado na conta outras receitas operacionais, que no primeiro semestre de 2010, perfaz o montante de R\$ 2.242 mil.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.254 mil em 31 de Dezembro de 2010.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Corrente	2.348	1.288	2.961
Não corrente	97.275	99.216	98.776
	<u>99.623</u>	<u>100.504</u>	<u>101.737</u>

Notas Explicativas

18. Partes Relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração, foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

A Companhia para exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010, tem celebrado contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, que se estabelece da seguinte forma:

Conforme (nota 11), os empréstimos bancários da Companhia de 2010, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos sob a garantia de máquinas e equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80.000 mil. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 53.525 mil. Para 2010, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$342 mil (R\$490 mil em 31/12/2009), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração

A administração da Electro Aço Altona S/A é composta por três membros do Conselho de Administração, sendo um Presidente e Dois Conselheiros, dois Diretores executivos, (Diretor Presidente e de Relações com Investidores e Diretor Comercial), três membros do Conselho Fiscal

Os membros da administração fizeram jus à remuneração de R\$ 3.562 em 2010, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 981 por seus serviços, correspondendo o montante total de R\$ 4.543 para este exercício

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

c) Operações financeiras

No último trimestre de 2010, a Companhia recebeu, a título de liquidação, os valores firmados de Mútuo junto a Empresa Bellevue Produtos em PVC Ltda., que perfazia o montante de R\$500quitnado desta forma o saldo com esta parte relacionada.

19. Imposto de Renda e Contribuições Social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos nos seguintes valores, a título de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Ativo não circulante			
Diferenças temporárias	1.619	2.478	3.431
Prejuízo fiscal e base negativa	7.484	8.492	8.579
	<u>9.103</u>	<u>10.970</u>	<u>12.010</u>
Passivo não circulante			
Valor justo do ativo imobilizado ("deemed cost") - CPC 27	29.882	31.146	31.218
	<u>29.882</u>	<u>31.416</u>	<u>31.218</u>

Notas Explicativas

i) Imposto de Renda Diferido sobre Adições Temporárias e prejuízos fiscais

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, aprovado pela Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM nº 599/09 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados nos próximos dois anos.

Em 31 dezembro de 2010 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social num total de R\$22.012 (R\$24.976 em 31/12/2009 e R\$25.232 em 1/1/2009), os quais geraram os créditos tributários diferidos de R\$7.484 (R\$8.492 em 31/12/2009 e R\$8.579 em 1/1/2009). Tendo por base estudos elaborados pela Administração, foi registrado estes créditos diferidos. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios com data-base 31/12/2010, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Ano	Estimativa Compensação
2011	2.318
2012	3.091
2013	2.075
	7.484

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2010	30/09/2009
Lucro antes dos impostos	7.921	3.593
IR/CS a alíquota de 34%	(2.693)	(1.222)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	(20)	-
Tributos não contabilizados sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores	719	368
Outros	-	(202)
Total	(1.994)	(1.056)

20. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários em riscos diversos no montante de R\$ 55.000, com vigência até 05/05/2011, e para valores monetários em riscos de responsabilidade civil, no montante de R\$ 11.000, com vigência até 08/08/2011. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 39 e CPC40, e OCPC 03, de 19 de novembro de 2009, que revogou a Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Contábil			Valor de Mercado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e bancos	1.136	6.233	7.532	1.136	6.233	7.532
Aplicações financeiras	15.070	16.630	17.799	15.070	16.630	17.799
Contas a receber de clientes	21.840	14.824	41.127	21.840	14.824	41.127
Fornecedores	8.017	4.322	5.567	8.017	4.322	5.567
Financiamentos e empréstimos	32.766	26.985	31.375	32.766	26.985	31.375

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de Dezembro de 2010.

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

22. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Outras receitas		
Reversão de Juros	1.536	3.369
Reversão de Multas	374	199
Despesas Recuperadas	613	5.436
Outras Receitas	1.322	3.527
Outros itens Extraordinários	3.797	-
	7.642	12.531
Outras despesas		
Perdas Operações M.Externo	288	1.712
Outras Despesas	-	1.444
	288	3.156

23. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.392	1.692
AVP	571	1.255
	1.963	2.947
Despesas financeiras		
Encargos	4.369	4.990
Juros incorridos- REFIS	4.068	4.427
Variação cambial passiva	820	5.355
	9.257	14.772

24. Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos, tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas as seguintes premissas:

- Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos a saber (Repetitivos e Não Repetitivos também denominados pela Companhia de Produtos Sob Encomenda); e
- Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negocio de forma única.

Notas Explicativas

Decomposição da Receita Bruta em 31/12/2010 e 2009:

31/12/2010	Receitas no Mercado		Total	
	Interno	Externo		
Categoria				
Repetitivas	77.629	16.669	94.298	55%
Sob Encomenda	44.627	32.738	77.365	45%
Receita Bruta	122.256	49.407	171.663	100%
Deduções Receita	(24.999)	(773)	(25.772)	
Receita Operacional Líquida	97.257	48.634	145.891	
Participação	67%	33%	100%	

31/12/2009	Receitas no Mercado		Total	
	Interno	Externo		
Categoria				
Repetitivas	41.073	6.256	47.329	33%
Sob Encomenda	45.018	51.474	96.492	67%
Receita Bruta	86.091	57.730	143.821	100%
Deduções Receita	(19.756)	(968)	(20.724)	
Receita Operacional Líquida	66.335	56.762	123.097	
Participação	54%	46%	100%	

Notas Explicativas

25. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

Custos	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Insumos Diretos	(48.737)	(36.087)
Materiais Indiretos	(6.031)	(3.817)
Custos com Pessoal	(33.558)	(30.951)
Serviços Terceiros	(7.548)	(5.855)
Outras Despesas	(14.927)	(14.666)
Total das despesas	<u>(110.801)</u>	<u>(91.376)</u>

Vendas	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Comissões	(5.682)	(5.618)
Fretes	(1.734)	(1.560)
Materiais	(44)	(23)
Mão de Obra	(1.969)	(1.600)
Serviços Terceiros	(97)	(86)
Outras Despesas	(2.175)	(1.776)
Total das despesas	<u>(11.701)</u>	<u>(10.663)</u>

Administrativo	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Materiais	(309)	(176)
Mão de Obra	(4.975)	(5.232)
Locação de Equipamentos	(146)	(103)
Honorários	(4.543)	(4.656)
Serviços Terceiros	(2.219)	(1.954)
Outras Despesas	(3.360)	(3.328)
Total das despesas	<u>(15.552)</u>	<u>(15.449)</u>

26. Membros da Administração

Diretoria

Cacídio Girardi – Presidente e Relação com Mercado
Duncan Roderick MC Kay - Diretor

Contador

Cleber Roberto Pisetta
CRC-SC 025.984/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Electro Aço Altona S/A

Examinamos as demonstrações financeiras da Electro Aço Altona S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Electro Aço Altona S/A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB,.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 05 de março de 2010, contendo parágrafo de ênfase relativo a continuidade da Companhia, sendo que no exercício de 2010 a Companhia afastou esse risco através do retorno do patrimônio positivo, manutenção de lucratividade e melhora de índices de endividamento. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 04 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Blumenau(SC), 16 de março de 2011.

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 F- SC

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1-SP132.776/O-3-T-SC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia dezesseis de março de dois mil e onze, nas dependências da ELECTRO AÇO ALTONA S/A, na Rua Engenheiro Paul Werner, 925, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros efetivos do Conselho Fiscal, abaixo assinados, para emissão de parecer: Os membros do Conselho Fiscal da ELECTRO AÇO ALTONA S/A, cumprindo atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2010, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto, Fluxo de Caixa e Valor Adicionado, acompanhados das respectivas Notas Explicativas e do Relatório da Administração.

Considerando as análises efetuadas e levando em conta o trabalho de auditoria realizado pela ERNST YOUNG TERCO, os membros abaixo assinados opinam no sentido de que tais documentos traduzem adequadamente a posição patrimonial da Companhia, e de que os mesmos estão em condições de merecer aprovação dos acionistas da Companhia em Assembléia Geral.

Parecer do Conselho Fiscal da ELECTRO AÇO ALTONA S/A, aprovado pela Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 16 de março de 2011, constando no livro de atas nº 03 folha 58.

Membros do Conselho Fiscal

Luiz Mario Guedes Villar – Presidente

Cidney César de Campos - Conselheiro

João Verner Juenemann– Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2010.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2010.

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Empresa.